Os genogramas de Ilda e Elisabete foram colocados no texto da mesma maneira como foram apresentados no FOFAT. No entanto, no final do trabalho feito com cada uma delas, o genograma já estava acrescido de muitas anotações, palavras, descobertas que se originaram no momento grupal do FOFAT.

Agradecemos a elas pela generosidade de ilustrar nosso capítulo com seus depoimentos.

Referências bibliográficas

BATESON, G. *Pasos hacia una ecología de la mente*. Buenos Aires: Carlos Lohlé, 1976.
BOSZORMENYI-NAGY, I. *Las lealtades invisibles*. Buenos Aires: Amarrortu, 2003.
BOWEN, M. *Family therapy in clinical practice*. New York: Aronson, 1978.
CEBERIO, M. *Quien soy y de donde vengo*. Buenos Aires: Psicolibro Ediciones, 2011.
CERVENY, C. M. O. Como me tornei terapeuta de família? In: PONTES, M. N. *Construção pela vivência em terapia familiar*. São Paulo: Roca, 2011. p. 89-96.
CERVENY, C. M. O. *A família como modelo* – desconstruindo a patologia. Campinas: Livro Pleno, 2000.
CERVENY, C. M. O. Família e intergeracionalidade. In: CERVENY, C. M. O. (Org.). *Familia e... intergeracionalidade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.
CERVENY, C. M. O.; DIETRICH, J. R. B. O Genograma genograma construtivista In: PENSO, M. A.; COSTA, L. F. (Org.). *A transmissão geracional em diferentes contextos*. São Paulo: Summus, 2008.
CERVENY, C. M. O.; GALANO, M.; GRANDESSO, M.; MACEDO, R.; NEDER, M.; MATHIAS, M. E. et al. *FOFAT*: Familia de origem e atual do terapeuta. In: CONGRESSO INTERNAZIONALE SUL CONSTRUTTIVISMO IN PSICOTERAPIA, 1998, Siena, Itália.
ELZUFAN, C. *El terapeuta como um junco*. Buenos Aires: Nadir Editores, 1989.
HOFFMAN, L. *Fundamentos de terapia Familiar familiar*. Fondo de Cultura Economico México: Fondo de Cultura Econômica, 1976.
KNAPPE, P. P.; BARBERÁ, E. L. *A escultura na psicoterapia*. São Paulo: Ágora, 1999.
MCGOLDRICK, M.; GERSON, R. *Genograma em en la evaluacion familiar*. Buenos Aires: Gedisa, 1985.

14

Genograma na Pesquisa Qualitativa

Maria Aparecida Crepaldi, Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré e Naiane Carvalho Wendt Schultz

A produção de conhecimento em torno dos estudos sobre família tem se enriquecido significativamente pela contribuição da metodologia da pesquisa qualitativa, principalmente no que se refere às possibilidades de aprofundamento da dinâmica e da estrutura relacional familiar. Nesse sentido, essa metodologia tem contribuído efetivamente para "visibilizar o jogo relacional da família", a partir da abordagem de diferentes eventos e/ou situações que afetam o grupo familiar no seu desenvolvimento ao longo do ciclo vital.

Assim, a partir das narrativas dos integrantes de uma família e/ou de seus representantes, é possível aceder a uma "trama de significados" que se configura e se constrói a partir das interações proximais e distais presentes no sistema familiar. Indo ao encontro desse fato, a perspectiva qualitativa de investigação oferece subsídios metodológicos efetivos para o estudo, em profundidade, dessa trama de significados ensejando *reconstruir* o processo histórico de relações familiares, cujas raízes extrapolam as fronteiras de um único sistema.

É mister mencionar que a proposta de estudo das narrativas, em profundidade, visando à produção de conhecimento, assenta-se em princípios epistemológicos que possibilitam evidenciar a posição do investigador no campo de estudos da família, como coconstrutor de significados. Assim, sua leitura do conjunto de significados é singular, tendo em vista que este é copartícipe das emoções suscitadas pelas tramas familiares.

A esse respeito, González-Rey (2002), chama a atenção para três princípios presentes característicos da pesquisa qualitativa: (1) o da *dimensão construtivo-interpretativa* do processo de produção de conhecimento científico. Como resultante dessa dimensão, o conhecimento acadêmico seria consequência de um processo de análise permeado por interpretações e reconstruções elaboradas ao longo de cada estudo; (2) o da *dimensão interativa da produção de conhecimento acadêmico,* chamando a atenção especialmente aqui às relações entre pesquisador e pesquisado e as relações dos participantes de uma investigação entre si; e (3) o da *dimensão do reconhecimento da singularidade na produção de conhecimento científico.* Reconhecem-se aqui as peculiaridades das histórias de vida dos sujeitos e famílias. Por essa razão, os estudos ancorados nessa perspectiva não se legitimam pela quantidade de participantes e sim pela qualidade, profundidade, detalhamento e contextualização de seus relatos.

Especificamente no contexto do estudo da família e dos diferentes sistemas que gravitam em torno dela, a investigação qualitativa tem incorporado recursos e instrumentos que vão além das narrativas, que tradicionalmente são obtidas de entrevistas, visando capturar a dimensão qualitativa presente na dinâmica relacional familiar. Vários recursos da clínica da terapia familiar foram incorporados ao campo de investigação, como o genograma, o mapa de redes, o ecomapa, técnicas de desenho e configurações de constelações familiares, dentre outros. Estes se caracterizam por serem recursos gráficos que complementam tanto as narrativas como o universo subjetivo/emocional que as permeia e estão presentes nos processos de investigação.

Nesse cenário, este capítulo objetiva evidenciar a utilização do genograma como instrumento de coleta de dados na pesquisa qualitativa com famílias, descrevendo sua aplicação, por meio da apresentação de alguns resultados de pesquisas realizadas, bem como uma proposta de análise de dados, além dos aspectos éticos relacionados com sua utilização.

Características do genograma

Do ponto de vista histórico, a utilização do genograma no contexto sistêmico familiar remete a Bowen (1991), responsável pelos estudos de árvores genealógicas de famílias que abarcavam um período de 100 a 300 anos. Esse autor conseguiu evidenciar o processo de transmissão de características familiares de uma geração para outra e como é possível focalizar e estudar diversos fenômenos humanos pela perspectiva intergeracional.

Autores clássicos e reconhecidos no contexto da intervenção familiar, como McGoldrick e Gerson (2005), Guerin e Pendagast (1976), Montàgano e Pazzagli (1989) abordaram, em diversas publicações, o tema do genograma como instrumento no trabalho de intervenção, evidenciando sua eficácia no que se refere a clarificar e qualificar melhor os diálogos psicoterapêuticos.

Somando-se aos autores anteriores coaduna-se a contribuição de Andolfi a essa temática, quando define e descreve o *genograma* diferenciando-o do que anteriormente se conhecia como *árvore genealógica*. Afirma que a *árvore genealógica* tem como principal característica a de ser utilizada no contexto da anamnese médica e centraliza-se nos fatores hereditários ou etiopatogênicos. Quanto ao *genograma,* o autor o define como uma rede ampla de pessoas e eventos cujo acesso às informações pode ir além de nomes, idade de todos os membros de uma família, dos dados de acontecimentos específicos significativos (nascimento, casamento, separações, mortes etc.) e de outros eventos de relevância particular, focalizando principalmente a *história afetiva dos indivíduos privilegiando a ativação do sistema de memória emotiva e imaginativa* (Andolfi, 2003, p. 134).

Considera-se que essa compreensão do genograma como possibilidade de resgate da história afetiva dos vínculos constitui uma ponte importante para acessar os objetivos de uma investigação qualitativa, o que pode ocorrer na medida em que esta se propõe a efetuar uma reconstrução histórica de determinados eventos que se sustentaram, ou continuam a se sustentar, em torno dos vínculos afetivos, das emoções e dos registros que permanecem na memória dos participantes de um sistema familiar, possibilitando, assim, um acesso efetivo à dinâmica desse sistema.

Genograma como instrumento de pesquisa

À medida que a terapia familiar foi se consolidando como um campo de intervenção reconhecido nos diferentes âmbitos de atuação do profissional da saúde mental, a utilização do genograma como instrumento clínico foi, paulatinamente, sendo incorporado ao contexto da pesquisa qualitativa. Este tem se mostrado como um recurso instrumental, cientificamente reconhecido na sua potencialidade, vindo a apoiar ampla produção de conhecimento, no campo de estudos, da família, do trabalho de equipes profissionais na área da saúde coletiva, do sistema jurídico e da comunidade, entre outros.

Indo ao encontro desse fato, os resultados de uma investigação realizada por Orth (2005), sobre a dinâmica relacional de famílias com um membro usuário de substâncias psicoativas evidenciaram, por intermédio do genograma, aspectos fundamentais para compreender a conduta adita a substâncias psicoativas. Por meio de entrevistas em profundidade com dez famílias que solicitaram ajuda para um de seus membros, identificado como vitimizado pela adição, constatou-se: (1) a intergeracionalidade da adição, ou seja, a repetição da dinâmica adita ao longo da história familiar, reafirmando, portanto, que a relação com o uso da droga costuma acontecer no seio da família, de certo modo influenciada pela presença da dependência na trama relacional; (2) que

os filhos usavam o mesmo tipo de substância que os pais, por exemplo, álcool, ou escolhiam, por outro lado, outro tipo de droga diferente daquela consumida por eles, mas mantendo a conduta adita; (3) do conjunto das famílias pesquisadas verificou-se, pelo genograma, a presença da conduta adita da figura materna, que se repetia nas diferentes gerações; (4) existência de um conflito conjugal constante nas diferentes gerações, especialmente quando um dos membros do casal era dependente, desencadeando várias separações, divórcios e inúmeras reconstituições familiares.

Cabe apontar que, nessa investigação, a experiência dos participantes na construção do genograma levou as famílias a se surpreenderem ao verificarem as repetições, demonstrando ora certo desconcerto, ora muita curiosidade. Então, constatou-se que, embora se tratasse de uma pesquisa cujo objetivo não era a intervenção, entrar em contato com as repetições intergeracionais no sistema familiar da conduta adita deu oportunidade para os integrantes reconhecerem-se como parte de uma rede de relações que ia além das condutas individuais. Concomitantemente, os participantes referiram uma preocupação ao perguntar sobre como não repetir o mesmo padrão de comportamento na geração subsequente (Orth e Moré, 2009).

Na temática da violência contra a mulher, a investigação de Santos (2009), objetivou caracterizar a violência sofrida por mulheres e o suporte psicossocial oferecido pela rede de serviços de referência no atendimento destinado às vítimas de violência. Considerou, portanto, a perspectiva das usuárias desses serviços sobre o tema e utilizou o genograma como um instrumento coadjuvante, junto com o mapa de redes, proposto por Sluzki (2002), além da entrevista semiestruturada. Essa pesquisa evidenciou que a transgeracionalidade da violência, considerando-se a violência física sofrida pela geração dos avós, alcançava a geração subsequente, ou seja, os netos. Ao mesmo tempo, encontrou: (1) um padrão de violência geralmente exercido pelos homens (maridos/companheiros) contra as mulheres (esposas/companheiras); (2) a tolerância da violência por vários anos, recorrendo-se à separação judicial como principal maneira de coibir as agressões sofridas, em vez da denúncia prestada à polícia; (3) várias mulheres tornaram-se igualmente agressoras, como estratégia de enfrentamento da violência sofrida; (4) algumas participantes sofreram sequelas psicológicas e comportamentais quando crianças, semelhantes às apresentadas por seus filhos, já que elas, do mesmo modo, presenciavam as cenas de violência que ocorriam entre os pais, bem como foram alvo das mesmas agressões que se davam entre ambos.

Quanto à presença da transgeracionalidade da violência nas famílias das entrevistadas é possível afirmar que ela atuou como um desagregador das relações de suporte familiar, interferindo diretamente nas condições das mulheres em criar novas estratégias de enfrentamento às agressões sofridas, já que o que se verificou foi a repetição das experiências vividas e conhecidas por elas. Assim, a transgeracionalidade da violência teve como um de seus desdobramentos relações conjugais e familiares "truncadas" e cortadas, o que levou à fragilização das redes familiares das participantes.

Cabe ressaltar que nessa pesquisa, durante o processo de aplicação do genograma, na medida em que ia sendo construído, originou-se, nas participantes, certa perplexidade ao se perceberem inseridas em uma trama de repetições, fato expresso por gestos de surpresa e considerável mobilização emocional. Essa mobilização de estados emocionais é esperada durante a aplicação do instrumento e, como tal, as participantes foram acolhidas pela pesquisadora durante a entrevista, que estava preparada para o fazer, atendendo, assim, às exigências éticas da pesquisa com seres humanos (Santos e Moré, 2011).

Outro estudo notável que empregou o genograma teve por objetivo focalizar os fatores de risco e de proteção para o desenvolvimento da criança, presentes na transição familiar decorrente do nascimento do primeiro filho (Wendt, 2006).

Ancorada na teoria bioecológica do desenvolvimento humano de Urie Bronfennbrener, a pesquisa privilegiou a transição para a parentalidade mostrando como as relações familiares, nesse momento do ciclo vital, podem potencializar os fatores de proteção ou de risco para o desenvolvimento do bebê. Para tanto, a autora realizou uma pesquisa quanti-qualitativa, com instrumentos quantitativos tradicionais de avaliação do desenvolvimento da criança, além do estudo das configurações familiares pelo genograma, identificando os aspectos que concorriam para a adaptação e reorganização familiar durante a transição para a parentalidade. Autores da psicologia do desenvolvimento familiar como Belsky e Russell (1985), Dessen e Braz (2000), Menezes (2001), Bolli (2002) e Castoldi (2002) mostraram que as pesquisas que focalizam as transições familiares ao longo do ciclo vital, sobretudo aquelas relativas a esse tipo de transição, têm delineamento qualitativo e, em sua maioria, objetivam caracterizar as mudanças ocorridas na família durante esse período. Nock (1981) destacou o nascimento do primeiro filho como uma transição universalmente aceita, mostrando como este afeta os padrões de interação e evolução destes na família. Para Cerveny e Berthoud (1997; 2002), a transição decorrente do nascimento do primeiro filho adquire significados singulares para cada família, mas traz mudanças profundas nos diferentes subsistemas familiares.

Assim, os resultados de Wendt (2006) mostraram que os fatores de risco e de proteção presentes tanto nas crianças quanto nas famílias estavam estreitamente associados às relações conjugais dos pais, decorrentes dos resultados do genograma. Constatou-se, ainda, que estas apresentavam potencial para afetar positiva e negativamente o desenvolvimento da criança. A magnitude e a direção da influência do bebê no relacionamento marital variaram de acordo com o ajustamento conjugal anterior que, por sua vez, influenciou na adaptação e a reorganização familiar após o nascimento. Do mesmo modo, as famílias de origem influenciaram e foram influenciadas, direta e indiretamente, pelo nascimento das crianças.

Na pesquisa citada, o uso do genograma revelou a dinâmica das famílias e sua relação com potencial de risco para o desenvolvimento de agravos no bebê, pois as crianças que apresentaram tal tipo de potencial vinham de famílias que tinham relações caracterizadas por conflito e distanciamento entre os cônjuges, além de interações de superenvolvimento com conflitos e coalizões. As famílias cujo desenvolvimento dos bebês não apresentou riscos potenciais, mostraram relações consideradas harmônicas.

A decisão de aplicação do genograma no contexto da pesquisa qualitativa, portanto, deve estar diretamente relacionada: (1) com o foco ou objetivo da sua utilização levando em conta o grau de profundidade que se busca implementar para responder os objetivos propostos; (2) com saber que, ao solicitar a reconstrução de eventos e/ou situações passadas, quando se aplica este tipo de instrumento na pesquisa qualitativa se está produzindo algum grau de mobilização emocional. Assim, a utilização do genograma, como instrumento principal ou coadjuvante, exige que o pesquisador tenha a responsabilidade de saber manejar as situações decorrentes, para que se possa elaborar um trabalho ético; e, (3) com um treino prévio ou experiência na sua aplicação para melhor conduzir a coleta de dados.

Aplicação do genograma

Para a aplicação do genograma, sugerem-se as etapas seguintes.

Etapa de preparação para a aplicação

Após definir a utilização do genograma como instrumento principal e/ou coadjuvante, decide-se em que local se procederá à sua aplicação. Deve-se privilegiar um local que seja tranquilo e no qual os participantes se sintam acolhidos e à vontade. É importante perguntar ao informante em que local prefere estar, se prefere que o pesquisador se desloque até a sua casa, ou em que outro lugar poderia ser o encontro. Deve-se ter uma sugestão de local, caso o participante não tenha ideia sobre isso.

Utilizado como instrumento coadjuvante, pode ser aplicado em um segundo ou terceiro encontro. Se escolher esta medida, o pesquisador, no segundo encontro, deverá fazer uma pequena síntese da entrevista anteriormente aplicada, para facilitar o processo de recuperação, tanto das lembranças dos dados já fornecidos pela informante, como dos objetivos da pesquisa.

A conversa inicial deve seguir os procedimentos da pesquisa, com a leitura do termo de consentimento livre e esclarecido, quando ele vier em primeiro lugar, ou já com as explicações sobre o instrumento em si, caso venha depois de instrumentos já empregados. Recomenda-se que o genograma seja usado após um *rapport* inicial com a família, assim como se faz na abordagem clínica.

O informante a ser escolhido dependerá dos objetivos de cada pesquisa, pois o genograma poderá ser feito com uma pessoa, ou com mais de uma, porém o que é importante ressaltar é que se houver mais pessoas presentes é preciso considerar a opinião de todas elas sobre a estrutura e o relacionamento familiar, mesmo que seja diferente. Neste último caso, é uma oportunidade para observar como a família lida com a tarefa, ou seja, como discute o quê e como considera fatos, o desencadear dos eventos, enfim, pode compartilhar vivências. Então, podem-se estimular os familiares a negociarem qual seria a indicação pertinente a considerar, sobretudo na decisão sobre os diferentes tipos de interação entre sistemas e subsistemas. Não havendo consenso sobre fatos e tipos de padrões relacionais, é preciso considerar a indicação de cada um dos membros com representações diferentes de cada um deles. Esse fato deve ser levado em conta na análise dos resultados.

Etapa de aquecimento | Estimulação da memória e reconhecimento do desenho do genograma e dos símbolos a serem utilizados

Esta etapa é um aquecimento para a estimulação das memórias sobre a família, sobre os seus integrantes, o tipo de interação entre eles, os eventos que marcaram a vida deles, o que facilitará a construção do genograma, possibilitando também, durante a aplicação, aprofundar temas muitas vezes já abordados durante a pesquisa.

Sugere-se usar uma folha de papel que tenha espaço na direção horizontal para que se faça um desenho abrangente. Isso oferece ao pesquisado e ao pesquisador um espaço cômodo para dialogar em torno do modelo do genograma, assim como fazer anotações auxiliares no próprio papel em que for desenhado. É possível também ter lápis ou canetas de cores diferentes para registrar as interações e as ocorrências relatadas. Pode-se ainda utilizar símbolos para registrar as pessoas significativas de acordo com gênero, profissão, vínculo familiar, vínculo comunitário/social, ou optar por nomes específicos. No caso de o pesquisador ter sugestões predeterminadas de símbolos que costuma empregar, deve compartilhar com o participante o significado deles, solicitando-lhe que escolha aqueles que lhe convier quando indagado. Assim, a escolha de símbolos que representem o que se deseja evidenciar dependerá da criatividade do pesquisador em buscar a melhor representação, segundo o fenômeno central da pesquisa.

Aplicação propriamente dita

No artigo de Wendt e Crepaldi (2008), há explicações claras sobre como proceder para a aplicação do genograma em pesquisa; essas autoras referem que ele deve fazer parte de uma entrevista elaborada especialmente para este fim, e as instruções devem ser claras e simples como no exemplo a seguir:

> Faz parte desta pesquisa desenhar o genograma da família. Vocês já ouviram falar em genograma da família? (Há casos em que as famílias citam as árvores genealógicas, cuja imagem pode ser aproveitada, com as devidas diferenciações.) Neste genograma desenhamos todas as pessoas que fazem parte da família, incluindo idades, profissões, nomes e também os fatos e acontecimentos importantes da história da família de vocês. Temos uma forma de desenhar também as relações entre as pessoas, que vocês vão conhecer à medida que formos desenhando e conversando sobre o desenho. Gostaríamos que vocês nos ajudassem a desenhar o genograma. Vamos incluir as famílias dos pais de vocês, assim como os irmãos deles e as pessoas que não são parentes, mas que tenham muita proximidade e intimidade com a família. Desenharemos, inclusive, as pessoas falecidas. Vamos levar mais ou menos uma hora nessa tarefa, mas

podemos interromper caso achem necessário. Desenharemos quadrados, que representam os homens, e círculos, que representam as mulheres. Os homens à esquerda e as mulheres à direita. Vamos começar? Vocês podem começar por onde quiserem.

Destaca-se a importância de se perguntar sobre peculiaridades dos integrantes da família, em relação à posição na família e na fratria, a sua função ou suas características específicas. Essa etapa provoca uma série de outras lembranças, novos comentários sobre as relações, e até correções de informações anteriormente fornecidas, cabendo ao pesquisador estar atento às informações novas.

Algumas pessoas demonstram dificuldade para conversar sobre padrões e acontecimentos familiares, pois estes podem causar sofrimento. Em tais situações, Wendt e Crepaldi (2008) basearam-se em sua experiência clínica com famílias e no proposto por Asen e Tomson (1997), que enfatizam a necessidade de alternar os questionamentos, quando necessário, com comentários empáticos, observando-se cuidadosamente os sinais verbais e não verbais emitidos pelos membros da família para verificar se havia algum indício de incômodo (Wendt e Crepaldi, 2008).

Etapa de conclusão da aplicação do genograma

Após a conclusão da aplicação do genograma convidam-se os participantes a observarem o produto do trabalho realizado, o genograma pronto; solicita-se que verbalizem suas impressões e/ou reflexões sobre ele e sobre a experiência de construí-lo. Esta etapa é muito importante, pois enseja melhor integralização dos dados presentes no genograma, seja por comentários, seja por complemento de informações. É comum haver reações de surpresa e de curiosidade ao ver o genograma concluído, e em várias situações, advindas de nossa prática de pesquisa com esse instrumento, foi solicitada ao pesquisador uma cópia. Então, é conveniente que se disponibilize isso aos participantes, e para aqueles que o desejem, deve-se entregar uma cópia em tamanho original.

Assim, cabe sempre informar que o genograma será passado a limpo tal qual foi confeccionado, e dele se podem retirar apenas os registros ou anotações eventualmente feitas no genograma original durante o processo de aplicação pelo pesquisador, realizadas para facilitar a compreensão dos dados registrados.

A aplicação pode ser gravada em áudio, para se ter melhor fidedignidade das narrativas apresentadas. Terminada a aplicação, o pesquisador pode anotar ainda, em diário de campo, as observações que considerar relevantes, como suas impressões sobre as pessoas que compõem as famílias ou intercorrências sobre todo o processo de aplicação.

Em caso de mobilização de conteúdos emocionais que pode suscitar, a aplicação deve ser interrompida, transferindo sua compleição para outro momento, se assim for possível. Por isso, recomenda-se um treino prévio para aplicação do genograma, que atenda a dois objetivos: primeiro, o de minimizar eventuais prejuízos aos entrevistados e, em segundo lugar, treinar a aplicação com supervisão de uma pessoa especializada para opinar sobre a postura do pesquisador à adequação das perguntas e das etapas de aplicação.

Etapa da análise dos dados | Proposta de categorias de análise

Nessa etapa, analisam-se as configurações familiares. De acordo com Kreppner e Von Eye (1989), a formação dos subsistemas, a definição das fronteiras entre eles e das relações entre os elementos de um sistema são abstrações que auxiliam a análise do complexo fenômeno do desenvolvimento familiar e das mudanças nos comportamentos dos membros familiares ao longo do ciclo vital. Essas abstrações referem-se à estrutura e à dinâmica das famílias que, por sua vez, caracterizam as configurações familiares.

Para definir o que são configurações familiares, adota-se aqui a concepção de estrutura familiar ancorada na proposta feita por Cerveny e Berthoud (1997; 2002), que consideram como componentes da estrutura familiar as características objetivas que possibilitam dar configuração ao grupo familiar, como número de componentes, sexo, idade, religião, moradia, nível socioeconômico, profissão, escolaridade, tipo de casamento, tempo de casamento, quem trabalha, quem sustenta a família, tipo de trabalho, cor, raça, *background* étnico e cultural.

As características subjetivas referentes à maneira como os membros familiares se relacionam conferem indícios da dinâmica da família. A dinâmica familiar, por sua vez, é o modo como os membros da família se relacionam, como estabelecem e mantêm vínculos, como lidam com problemas e conflitos, os rituais que cultivam, a qualidade das regras familiares, a definição de sua hierarquia e o delineamento dos papéis assumidos pelos membros da família (Cerveny e Berthoud, 2002).

Para Minuchin (1982), um dos principais meios de acesso à estrutura e à dinâmica da família é a análise dos subsistemas familiares. Um indivíduo pode participar de diferentes subsistemas nos quais terá diferentes níveis de poder, aprenderá diferentes habilidades e manterá diferentes relações complementares. Cada subsistema familiar realiza e formula funções e demandas específicas de cada um de seus membros, e o desenvolvimento das competências pessoais adquiridas em cada um desses subsistemas depende do grau de autonomia atingido por eles. De acordo com Andolfi, Angelo, Menghi, e Nicolo-Corigliano (1984), a capacidade de mudar, participar, deslocar-se, separar-se e pertencer a diversos subsistemas torna possível aos indivíduos exercerem funções únicas de trocar e adquirir outras e, desse modo, expressar aspectos mais diferenciados de si mesmos.

Os subsistemas, por sua vez, são separados por fronteiras e regras cujas funções são estabelecer limites próprios e regular as trocas estabelecidas entre eles, o que proporciona sua manutenção. Quando os limites são suficientemente bem-definidos para ensejar contato entre os membros de diferentes subsistemas e o cumprimento de suas funções sem a interferência indevida dos outros, considera-se que as fronteiras sejam nítidas. Quando não existem limites entre os subsistemas, considera-se que as fronteiras sejam difusas, o que promove um padrão de funcionamento emaranhado na família. Quando existem limites excessivos, as fronteiras podem se tornar rígidas, promovendo um padrão de desligamento com o qual os membros dos subsistemas têm pouco ou nenhum contato (Minuchin, 1982).

Nas famílias emaranhadas, ou seja, nas famílias com fronteiras difusas, o comportamento e os sentimentos de um membro afetam imediatamente os demais, o que pode produzir um aumento exacerbado do sentimento de pertencimento ao grupo. Esse sentimento, por seu turno, implica uma significativa renúncia à exploração da autonomia e domínio de problemas e pode se transformar em um importante fator de desenvolvimento de sintomas e inibição de habilidades cognitivo-afetivas.

Por sua vez, nas famílias desligadas, cujas fronteiras são rígidas, pode haver um senso distorcido de independência e carência de sentimentos de lealdade, pertencimento e interdependência, sendo necessários níveis elevados de estresse para acionar o apoio dos demais membros.

A função de uma fronteira é proteger a diferenciação do sistema e de seus membros, possibilitando, ao mesmo tempo, a aquisição de competências interpessoais dentro dos subsistemas e em contato com o exterior (Miermont, 1994).

Com a chegada dos filhos, a família expande as relações existentes ou muda a estrutura interna, possibilitando a formação de novos subsistemas por meio de relacionamentos diádicos e triádicos no interior do sistema familiar (Kreppner e Von Eye, 1989). Para os autores, o número de relacionamentos que podem ser observados é o primeiro aspecto da estrutura familiar a ser considerado. Kreppner e Von Eye (1989) também consideram que o aumento ou a diminuição das possibilidades de relacionamentos caracteriza-se como um ponto importante na descrição das características estruturais do sistema.

De acordo com Minuchin (1985), uma família pode ter dificuldade de estabilizar fronteiras firmes entre o subsistema conjugal e suas crianças pequenas ou pode não responder flexivelmente às mudanças necessárias para crianças mais velhas ou, ainda, pode ser incapaz de conter o conflito no subsistema apropriado de marido e mulher e utilizar as crianças em funções mediadoras ou como bodes expiatórios.

A recorrência de algumas formas de relacionamento entre determinados membros da família origina padrões transacionais, ou seja, padrões de relacionamentos cristalizados no sistema familiar. Assim sendo, Wendt (2006) e Wendt e Crepaldi (2008) propuseram as seguintes definições de padrões transacionais, para a análise do genograma: relacionamento distante; relacionamento conflituoso; relacionamento vulnerável; rompimento; relacionamento muito estreito ou superenvolvimento; relacionamento harmônico; relacionamento fundido e conflitual; aliança; triangulação; e coalizão.

Essas definições foram edificadas segundo a experiência clínica das autoras citadas e nos conceitos de: emaranhamento e rigidez de fronteiras (Minuchin, 1985); rompimento, superenvolvimento, fusão, diferenciação e triangulação (Bowen, 1991); lealdades invisíveis (Boszormenyi-Nagy, 2003); e de comunicação disfuncional, esta definida por Watzlawick, Beavin e Jackson (1973), como a comunicação permeada de paradoxos, desqualificações e desconfirmações do outro, simetria e complementaridade.

O relacionamento distante caracteriza a forma de relacionamento encontrada principalmente nas famílias desligadas, com fronteiras rígidas, cujas interações entre os seus membros caracterizam-se por pouco contato, principalmente de ordem emocional.

O relacionamento conflituoso caracteriza-se pelas relações nas quais há constantes atritos que originam muita ansiedade e desavenças no meio familiar, traduzidos por dificuldades de comunicação, tais como desqualificações e desconfirmações do outro, que muitas vezes derivam padrões de comunicação simétricos capazes de provocar violência física.

O relacionamento vulnerável caracteriza os relacionamentos nos quais não há conflito explícito, mas que suscitam conflitos que podem ser originários de condições adversas ou fases de transição.

O rompimento caracteriza os relacionamentos nos quais a ligação emocional entre os membros é mantida, apesar de não haver contato entre eles.

No relacionamento muito estreito ou superenvolvimento há fusão e dependência emocional entre os membros familiares, ou seja, relacionamentos nos quais não há um nível de diferenciação entre os membros que permita a coexistência entre pertencimento e separação, predominando a noção de pertencimento, que de fato costuma ser patológica.

A fusão provém de fronteiras difusas estabelecidas entre si e os outros e pode conduzir à indiferenciação dos sistemas emocionais, perceptivos e intelectuais e à invasão dos territórios materiais dos diversos membros da família. Nessa situação, cada um passa a pensar e a sentir no lugar do outro, "acossando a intimidade com a transgressão contínua das distâncias próximas; isto se acompanha de manifestações patológicas variadas: somatizações, transtornos do comportamento, das condutas alimentares etc." (Miermont, 1994, p. 286).

O processo de separação e individuação requer que a família passe por períodos de desorganização, confusão e incertezas à medida que o equilíbrio de um estágio é rompido em preparação para um estágio mais adequado. A desorganização será diretamente proporcional ao significado e objetivo da mudança e ao consequente restabelecimento. Contudo, um novo equilíbrio somente poderá ser alcançado se a família for capaz de tolerar a diferenciação de seus membros. A indiferenciação do sistema pode facilmente restringir as capacidades de adaptação diante de estresse (Andolfi *et al.*, 1984; Miermont, 1994).

O relacionamento harmônico define-se como a experiência emocional de união entre dois ou mais membros familiares que nutrem sentimentos positivos um com o outro e que têm interesses, atitudes ou valores recíprocos. Inclui diferenciação dos membros entre si e com suas famílias de origem.

O relacionamento fundido e, ao mesmo tempo, conflitual caracteriza-se por estreita dependência emocional e presença constante de conflitos entre os membros familiares, não havendo diferenciação entre estes.

Embora o termo aliança suscite interações positivas, trata-se de uma ligação com base nas lealdades invisíveis que interferem, também, no processo de diferenciação, porém em menor grau que o superenvolvimento.

Triangulação é a configuração emocional de três pessoas, em que a tensão entre duas pessoas membros de um sistema (os pais, por exemplo) atinge um nível insuportável e uma terceira pessoa, habitualmente o filho, é 'triangulado' para reduzir a tensão no seio

do sistema, até que ela atinja um nível mais tolerável. O resultado de tal triangulação pode ser o surgimento de coalizões inadequadas (ao interior ou ao exterior da família) e de um sintoma comportamental indesejável na criança (Miermont, 1994, p. 571). Pode-se dizer que a pessoa "triangulada" cumpre, desse modo, uma função periférica de regulação da tensão existente entre outras duas e, "na ausência de conflito explícito, encontra-se em um estado de insegurança e mesmo de sofrimento emocional. Em caso de conflito, o embaraço, ou o sofrimento, desvia-se e é transferido para os membros da díade, enquanto o terceiro vê-se aliviado" (Miermont, 1994, p. 571).

A coalizão, de acordo com Miermont (1994, p. 144), "consiste na aliança de duas pessoas contra uma terceira"; caracteriza-se por uma propriedade específica das tríades.

Apesar de recorrentes, os padrões transacionais podem ser modificados ao longo do tempo, o que ocorre, principalmente, durante as fases de transição pelas quais passa a família. A mudança dos padrões transacionais torna possível a continuidade da família e, reciprocamente, a diferenciação de seus membros.

A partir dessas definições, os genogramas devem ser submetidos a uma análise gráfica e clínica e pode-se solicitar a avaliação de juízes que irão utilizar as categorias para analisar os genogramas. Essa medida é adotada nos estudos observacionais em psicologia, que fazem o cálculo de acordos interjuízes, com a intenção de tornar o sistema de categorias mais fidedigno.

Na pesquisa de Wendt (2006), esse sistema de categorias de interações familiares aplicado à análise dos genogramas foi submetido à avaliação de dois juízes, terapeutas de família com bastante experiência em terapia relacional sistêmica e no uso do genograma. Após as análises clínica e gráfica que se fizeram e a redefinição dos padrões relacionais e símbolos correspondentes, apresentaram-se aos juízes três entrevistas, as respectivas estruturas familiares e as definições dos símbolos e padrões de relação. Solicitou-se aos juízes que seguissem as seguintes instruções: (1) ler as definições das relações familiares; (2) ler cada entrevista; (3) classificar as relações familiares segundo as definições empregando os respectivos símbolos e, se necessário, escrevendo à parte comentários e observações.

Ao se comparar, posteriormente, os símbolos e padrões relacionais atribuídos pelos juízes a cada família, discutiu-se a necessidade de inclusão de novos símbolos e definições de padrões relacionais que melhor explicitassem as relações. Com a inserção de novos símbolos e definições, solicitou-se uma segunda análise aos juízes, e os índices de acordo entre eles para cada uma das famílias foram 88%, 100% e 90%. Índices de acordo considerados altos para avaliação interjuízes.

Considerações finais

Embora a utilização do genograma na pesquisa com famílias seja recente, os resultados obtidos demonstram a importância de sua aplicação a estudos que englobam a dinâmica e estrutura das famílias, sobretudo nas pesquisas qualitativas que visam investigar os processos familiares em profundidade. Além da vasta utilização na área

clínica com famílias, o genograma configura-se como um instrumento possível para verificar os padrões relacionais intergeracionais nas famílias, seus mitos e crenças, assim como o enfrentamento das transições familiares ao longo do ciclo vital, repetições de situações críticas, sucessos, fracassos e seu manejo, além do funcionamento familiar ao longo das gerações.

O genograma evidencia-se, ainda, como adequado instrumento em pesquisas longitudinais, uma vez que pode ser construído em diferentes fases vivenciadas pela família. Por possibilitar o recolhimento de informações atuais e históricas da família, pode ser utilizado em pesquisas de acompanhamento de famílias com intuito de explicitar as modificações familiares ao longo do tempo.

O genograma pode ser usado, também, em pesquisas inter-regionais e interculturais, a fim de verificar diferenças e semelhanças na estrutura, dinâmica e desenvolvimento de famílias, de diferentes regiões ou países, desde que se faça uma adaptação cultural dos conceitos empregados, como os de dinâmica e estrutura familiar e de seus padrões relacionais.

Apesar da necessária clareza quanto ao objetivo e utilização do genograma na pesquisa e organização prévia de um roteiro de entrevista, ressalta-se que a entrevista de confecção do genograma não deve seguir uma ordem previamente estabelecida, mas a ordem proposta por família. Desse modo, evitam-se mudanças bruscas de assunto e proporciona-se uma escuta empática aos entrevistados. A necessidade de uma escuta empática e acolhimento dos entrevistados exige envolvimento de pesquisador e pesquisados, além da consideração dos processos recursivos das narrativas produzidas na interação, tendo em vista a resposta que o pesquisador pode provocar a partir de suas expressões, questionamentos, comentários e verbalizações.

É importante salientar que, em momento algum, se deve interferir intencionalmente nas relações familiares, com intervenções clínicas e que, portanto, encerram intervenção e manejo psicoterapêuticos. A não ser que a pesquisa tenha tal objetivo e utilize o método clínico, o que deve ser planejado antes.

Deve-se atentar para o fato de que na construção de genogramas muitos participantes fazem constatações acerca das próprias famílias e da família dos cônjuges a partir da conexão e visualização gráfica das informações, o que, por vezes, origina mobilizações emocionais em um ou mais membros da família que estejam participando da entrevista. Então, é importante que o entrevistador esteja atento e sensível ao clima emocional, sobretudo na hipótese de haver segredos não compartilhados entre os membros da família, ou presença de crianças. Nesse caso, cabe ao entrevistador deixar claro aos adultos responsáveis que eles podem decidir o que se pode ou não comentar diante das crianças, podendo ser feita outra entrevista somente com os adultos, se a família assim decidir.

Recomenda-se, porém, que este instrumento seja utilizado por terapeutas familiares ou profissionais com formação em terapia relacional sistêmica, tendo em vista, como se viu, a mobilização e a expressão de estados emocionais durante a sua elaboração, o que requer manejo adequado.

Referências bibliográficas

ANDOLFI, M. *Manual de psicologia relacional:* la dimensión familiar. Colômbia: La Silueta Ediciones Ltda. 2003.

ANDOLFI, M.; ANGELO, C.; MENGHI, P.; NICOLO-CORIGLIANO, A. M. *Por trás da máscara familiar* – um novo enfoque em terapia da família. Tradução de Maria Cristina R. Goulart. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984 (publicado originalmente em 1983).

ASEN, K. E.; TOMSON, P. La familia dentro de nosotros: genogramas. In: ASEN, K. E.; TOMSON, P. *Intervención familiar* – guía práctica para los profisionales de la salud. Barcelona: Paidós, 1997.

BELSKY, J.; RUSSELL, A. I. Marital and parent-child relationships in family of origin and marital change following the birth of a baby: a retrospective analysis. *Child Development*, v. 56, p. 342-349, 1985.

BOLLI, A. C. V. *O envolvimento paterno com o bebê na gestação e aos doze meses de idade*. 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BOSZORMENYI-NAGY, I.; SPARK, G. M. *Lealtades invisibles*. Madrid: Amorrortu, 2003.

BOWEN, M. *De la familia al individuo*. Barcelona: Paidós, 1991.

CASTOLDI, L. *A construção da paternidade desde a gestação até o primeiro ano do bebê*. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. *Família e ciclo vital:* nossa realidade em pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. *Visitando a família ao longo do ciclo vital*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

DESSEN, M. A.; BRAZ, M. P. Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 16, p. 221-231, 2000.

GONZÁLEZ-REY, F. L. *Pesquisa qualitativa em psicologia:* caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GUERIN, P. J.; PENDAGAST, E. G. Evaluation of family system and genogram. In: GUERIN, P. J. *Family therapy and practice*. New York: Gardner Press, 1976.

KREPPNER, K.; VON EYE, A. Family systems and family development: the selection of analytical units. In: KREPPNER, K.; LERNER, R. M. *Family systems and life-span development*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1989. p. 247-269.

MCGOLDRICK, M.; GERSON, R. *Genogramas en la evaluacion familiar*. 5. ed. Barcelona: Gedisa Editorial, 2005.

MENEZES, C. C. *A relação conjugal na transição para a parentalidade:* da gestação ao segundo ano de vida do bebê. 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

MIERMONT, J. *Dicionário de terapias familiares:* teorias e práticas. Tradução de Carlos Arturo Molina-Loza. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

MINUCHIN, P. Families and individual development: provocations from the field of family therapy. *Child Development*, v. 56, p. 289-302, 1985.

MINUCHIN, S. *Famílias:* funcionamento e tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

MONTAGÀNO, S.; PAZZAGLI, A. Il genogramma. In: FRANCO, A. *Teatro di alchimie familiari*. Codice, Milano, 1989.

NOCK, S. L. Family life-cycle transitions: longitudinal effects on family members. *J. Marri Fam*, August, p. 703-713, 1981.

SANTOS, A. C. W. *Mulheres, violência, rede de serviços de referência e suporte psicossocial*, 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SANTOS, A. C. W.; MORÉ, C. L. O. O. Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão. *Psicologia: Ciência e Profissão* (Impresso), v. 1, p. 220-235, 2011.

SLUZKI, C. De como la red social afecta a la salud del individuo y la salud del individuo afecta a la red social. In: DABAS, E.; NAJMANOVICH, D. (Orgs.). *Redes:* el lenguaje de los vínculos. 2. ed. Buenos Aires: Paidós, 2002.

ORTH, A. P. S. *A dependência química e o funcionamento familiar à luz do pensamento sistêmico*. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

ORTH, A. P. S.; MORÉ, C. L. O. O. Funcionamento de famílias com membros dependentes de substâncias psicoativas. *Psicologia Argumento* (PUC-PR. Impresso), v. 55, p. 293-303, 2008.

WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J. H.; JACKSON, D. D. *Pragmática da comunicação humana*. São Paulo: Cultrix, 1973.

WENDT, N. C. *Fatores de risco e proteção para o desenvolvimento da criança durante a transição para a parentalidade*. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

WENDT, N. C.; CREPALDI, M. A. A utilização do genograma como instrumento de coleta de dados em pesquisa qualitativa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 21, p. 302-310, 2008.

15

Genograma em Programas de Capacitação

Wanda Rogéria Campos Lima Assis

O genograma tem suscitado muitas reflexões e novas pesquisas nos meios acadêmicos, principalmente na área de família, na medida em que aponta estudos sobre a convivência das pessoas a partir das heranças que lhes são transmitidas em meio às interações inter, intra e transgeracionais, perpassadas a seu tempo pelos processos emocionais de cada indivíduo.

Vale ressaltar que, em estudos intergeracionais, alguns pontos relevantes em relação à estrutura e à dinâmica relacional do sistema familiar são evidenciados nas perguntas que se faz à aplicação do genograma de acordo com os temas e os propósitos a serem investigados nos sistemas. Esses pontos tornam-se particularmente relevantes quando o psicoterapeuta mantém como filosofia de vida a própria crença (valores) na valorização da memória relacional e afetiva, conhecimentos da ancestralidade familiar, com suas conexões, com as ressonâncias e repetições de padrões referentes à sua família de origem.

Outro dado não menos importante nos estudos do genograma seria aquele que aponta que a família se revela quando suas histórias vividas vêm a tona, acabando por refletir, inclusive, naquelas que seriam possíveis a partir dos dados familiares organizados no genograma, e uma de suas maiores funções é a de facilitar a leitura dos entrelaçamentos havidos entre todas essas histórias. Acredito que esses aspectos, tornados possíveis pelas informações registradas no genograma e reavivadas, investigadas com os donos das histórias vivenciadas, outrora não visualizadas, acabam por se entrelaçar, forman-